

A EDUCAÇÃO DO CAMPO, A EXPERIÊNCIA LITERÁRIA E O DIREITO À LITERATURA EM UM TERRITÓRIO DE LUTAS E DESAFIOS

GABRIEL BARCELLOS NUNES¹; VANIA GRIM THIES²

¹Universidade Federal de Pelotas – gabrieljornal@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas– vaniagrimgmail.com

1. INTRODUÇÃO

Entendendo que a literatura é um direito (CANDIDO, 2011) e que a escola do campo pautada nos princípios da Educação do Campo e na práxis pedagógica dos movimentos sociais revigora uma educação emancipatória (CALDART, 2009), propomos neste trabalho apresentar os resultados parciais de uma pesquisa realizada no Mestrado em Educação (PPGE/UFPEL) vinculada ao centro de memória e pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES)¹. A pesquisa conta com a participação de jovens alunos camponeses em um projeto de leitura literária e suas relações com a vivência camponesa. Como seres da narrativa (PETIT, 2009) não se pode, independente do espaço de vida, incluindo o rural, estarmos alheios a este conhecimento, necessitando participar desta experimentação dos possíveis (COMPAGNON, 2009) e experiência a ser vivenciada (COSSON, 2006), oportunizadas pela leitura de literatura, unindo o mundo das letras e da terra, acreditando que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele (FREIRE, 1981).

Segundo Candido (2011, p. 193), “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”, assim como é o direito à terra a quem nela quer produzir e/ou viver. Para Michele Petit (2009), o encontro com o livro coloca o leitor em movimento, o que ocorre no projeto analisado, quando os alunos realizam as leituras e depois as compartilham, juntamente com os alimentos, durante o Café Literário da Escola Estadual de Ensino Médio Deputado Adão Pretto, na zona rural do município de Piratini (RS). Nesta experiência, relacionamos o campo como território de vida e de lutas, a literatura e o papel da escola na oportunidade do encontro com o livro literário, considerando a virtude paradoxal da leitura que é nos abstrair do mundo para lhes emprestar um sentido (PENNAC, 1993).

O presente trabalho parte de dois temas: a Educação do Campo e a leitura literária. Arroyo (2007) diz que o nosso sistema escolar é urbano e apesar de considerar um avanço a ênfase à educação como direito universal de todo cidadão, pondera que deve-se crescer no reconhecimento das especificidades e das diferenças, justificando a importância de uma educação pensada especificamente para os povos do campo. Neste ponto, Caldart (2009) afirma que a Educação do Campo pode ser compreendida como um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo, gestado do ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações, como o Movimento Sem Terra (MST) compreendendo o direito à educação para todos, seja formal ou não e representando a luta dos trabalhadores do campo pela

¹ Mais informações sobre o Hisales no site (www.ufpel.edu.br/fae/hisales/), nas redes sociais (Facebook: Hisales, Instagram: @hisales.ufpel) e por email (grupohisales@gmail.com).

educação, pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar e ao território, sendo a escola um objeto central das suas reflexões pedagógicas.

Nesta consideração do campo como espaço de vida, Candido (2012) ressalta que a linguagem literária faz parte do cotidiano das pessoas, havendo uma espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia, que é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares. Ao abordar as diferenças sociais e a relação com a literatura, Candido (2011, p. 191) considera que a falta de oportunidade e não a incapacidade podem ser o maior obstáculo e que, para diminuir o abismo, deve-se “fazer chegar ao povo os produtos eruditos”.

2. METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como pesquisa-participante (BRANDÃO, 2013) e parte da observação da participação dos alunos no projeto de leitura e também com entrevistas individuais e tem por objetivo analisar a experiência do leitor do campo no encontro com o livro literário e a importância da escola neste processo e problematizar o direito à Literatura em um território camponês marcado pelas lutas agrárias, buscando responder qual é o papel da escola e da vivência camponesa na oferta e na consideração da Literatura como direito em um território rural de lutas e desafios.

O projeto acontece na Escola Estadual de Ensino Médio Deputado Adão Preto, fundada em 2013 para atender a defasagem a este tipo de oferta na zona rural de Piratini (RS). Desde então funciona em prédio cedido pelo Município e atende alunos residentes em 14 assentamentos da Reforma Agrária, cinco comunidades quilombolas e diversas comunidades de agricultores e pecuaristas familiares, tendo atualmente 110 estudantes matriculados e mais da metade sendo beneficiários do programa Bolsa Família.

Durante a pesquisa foram acompanhados os alunos do 3º ano do Ensino Médio, quando foram analisados e problematizados os dados de dez estudantes participantes do Café Literário deste ano de 2023. As leituras foram realizadas a partir de obras literárias disponibilizadas pela escola, sendo que alguns chegaram a ter acesso ao livro no final do 1º ano e outros mais recentemente. A demora em ocorrer o compartilhamento de leitura, se deve a suspensão das aulas presenciais durante a pandemia de Covid 19 e o atraso no início do ano letivo passado (2022) em virtude de um rompimento do convênio com a Prefeitura de Piratini e um entrave burocrático por parte do Estado, fazendo com que metade daquele período letivo ocorresse à distância.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram reunidos em três categorias de análise: o encontro com o livro literário proposto pela escola, a experiência de leitura e a vivência camponesa e o direito à literatura no espaço rural. Acreditando que cada leitor tem a história de suas leituras (LAJOLO, 1993), foram apresentadas pelos educandos situações diversas, como o horário para leitura que precisa coincidir com a divisão do trabalho na propriedade, a necessidade de trabalhar fora e principalmente foi abordada a não motivação para ler, mesmo quando são incentivados pelos familiares.

O contato com o livro literário acontece apenas quando a escola exige, e às vezes, tardiamente. Destes, alguns passaram a gostar de ler literatura e a acessar as obras literárias deliberadamente, como uma das alunas que descobriu a paixão ao ver um livro no ônibus escolar, quando ainda estudava em outra escola. A referida estudante demonstrou ainda a preocupação em como conseguirá acessar a literatura quando concluir os estudos básicos. Com livros caros e de difícil acesso, é de se imaginar que a imensa maioria dos camponeses pobres, mesmo que apreciem a leitura, não tem e não terão este acesso. Talvez seja função das escolas e dos movimentos sociais camponeses pensarem ou cobrarem ações neste sentido, corroborando com Candido (2011) para entender que o direito à literatura não pode ser negado, mesmo que nem todos precisem gostar de ler (PENNAC, 1993).

Outra estudante, sem televisão em casa, tem nos livros uma companhia importante para superar problemas como o abandono paterno, a deficiência severa de um familiar e as dificuldades financeiras, mas também se preocupa como conseguir ler sem estar mais na escola. Para ela, a literatura permite ir para outros lugares e fugir da realidade difícil. Petit (2009) afirma que a literatura é uma oferta de espaço que permite que o leitor crie paisagens, sonhos, reviva situações e projete outras, produzindo uma verdadeira abertura para um outro lugar, onde o devaneio, e portanto o pensamento, a lembrança, a imaginação de um futuro tornam-se possíveis.

Cosson (2006), frisa ser essencial que se coloque na escola a leitura efetiva dos textos literários de forma organizada segundo os objetivos da formação do aluno, pois, segundo ele, o letramento literário é uma prática social de responsabilidade da escola. Dessa forma, cabe ao professor a tarefa de oportunizar com que o encontro do aluno com a literatura seja uma busca plena de sentido para o texto literário, para si mesmo e para a sociedade. Para Lajolo (1993, p. 105) a literatura constitui modalidade privilegiada de leitura, em que a liberdade e o prazer são virtualmente ilimitados, apontando a distribuição desigual dos bens culturais na sociedade brasileira. Candido (2011, p. 174) diz que pensar em direitos humanos pressupõe reconhecer que “aquilo que é indispensável para nós também é indispensável para o próximo”.

Alguns alunos participantes da proposta não realizaram as leituras, uma situação que é defendida por Pennac (1993), ao mesmo tempo em que afirma o dever de que se inicie os leitores na literatura para que eles julguem se sentem ou não a necessidade de livros. Entre os pesquisandos, fica claro que não há em casa com suas famílias um incentivo à prática, assim como, é muito rara a presença de livros literários em seus lares. Há, então, o cumprimento de um dever e compromisso da escola pública do campo: oferecer o encontro com o livro literário. Sem acesso a bibliotecas, livrarias ou outros espaços de leitura, os jovens do campo, mais do que os da cidade nas mesmas condições sociais, dependem exclusivamente da escola para conhecerem a literatura e terem acesso a experiência de leitura deste gênero. Para Zilberman (1991, p. 10): “A escola é o lugar onde se aprende a ler e escrever, conhece-se a literatura e desenvolve-se o gosto de ler”.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa apresenta o território do campesinato e é, através do direito a ler literatura que acreditamos discutir o lugar onde as pessoas vivem. Há uma produção, que se vislumbra com respeito à natureza e às pessoas, mas também

há vida, sonhos, desejos, culturas, esportes e leituras. Isto tudo só é possível quando se percebe o “território de vida” para se pensar a Educação do Campo. Esses apontamentos convergem com a luta pela terra: seja pelo direito de conquistar - os sem terra-, pelo direito à posse legal e a serem vistos - os quilombolas - ou pelo direito a morar onde sempre souberam como viver - os agricultores e pecuaristas familiares. O campo é local de vida e a escola do campo precisa ter essa compreensão, buscando entender as relações e os sonhos dos jovens alunos. A experiência com a leitura literária no campo não interfere para um distanciamento das suas vivências, mas, ao contrário, podem ser estabelecidas relações. Mais que isso, os jovens camponeses, como todos os outros, dependem que alguém os apresente a literatura e a escola tem esse papel. Nem todos os que forem apresentados à literatura serão hábeis leitores, mas não se pode negar este direito de acesso àqueles que eventualmente podem encontrar nesta prática meios de viver com mais felicidade. A escola do campo pode oferecer a construção dos sonhos, o respeito aos saberes e vivências e a oferta de oportunidades para que as realidades, novas ou velhas, sejam possíveis.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. A educação básica e o movimento social do campo. *In*: ARROYO, Miguel. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. Campinas: UNICAMP, 2007. Cad. Cedes.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa**: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2013.

CALDART, Roseli. Educação do campo: nota para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, 2009.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo, Contexto, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1981.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

PENNAC, Daniel. **Como um romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PETIT, Michele. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. Tradução Arthur Bueno e Camila Boldrine. São Paulo: Editora 34: 2009.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1991.